



SUMÁRIO

1. LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Aspectos gerais de Direito Privado.....	1
1.1.1 Introdução.....	1
1.1.2 As fontes do direito. A lei. As formas de integração da norma jurídica e as <i>ferramentas do sistema jurídico</i>	2
1.1.2.1 Fontes formais, diretas ou imediatas.....	2
1.1.2.2 Fontes não formais, indiretas ou mediatas.....	5
1.1.3 A lei como fonte principal do direito brasileiro. O problema das lacunas da lei.....	6
1.1.3.1 Da vigência das leis no tempo.....	8
1.1.3.2 Da vigência das leis no espaço.....	17
1.1.3.3 Principais classificações da lei.....	20
1.1.3.4 A interpretação das leis.....	23
1.1.3.5 As fontes diretas secundárias: a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito. Estudo específico e aprofundado.....	25
1.1.3.6 As fontes não formais, indiretas ou mediatas: a doutrina, a jurisprudência e a equidade.....	34
1.1.4 As antinomias ou lacunas de conflito.....	38
1.2 Da proteção do ato jurídico perfeito, da coisa julgada e do direito adquirido (arts. 6.º da Lei de Introdução e 5.º, XXXVI, da CF/1988). Relativização da proteção.....	42
1.3 As normas específicas de Direito Internacional Público e Privado constantes na Lei de Introdução. Breves comentários.....	49
1.4 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o Direito Público.....	59
1.5 Resumo esquemático.....	65
1.6 Questões correlatas.....	69
Gabarito.....	81

2. ENTENDENDO O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	83
2.1 Introdução.....	83
2.2 Codificar é preciso? O <i>Big Bang</i> legislativo e o sistema solar.....	84
2.3 Visão geral do Código Civil de 2002. Diretrizes básicas da sua elaboração.....	88
2.4 Os princípios do Código Civil de 2002 segundo Miguel Reale.....	93
2.4.1 O princípio da eticidade.....	93
2.4.2 O princípio da socialidade.....	96
2.4.3 O princípio da operabilidade.....	98
2.5 Fundamentos teóricos e filosóficos da atual codificação privada. O Direito Civil Contemporâneo ou novo Direito Civil. Influências da <i>ontognoseologia jurídica</i> de Miguel Reale no Código Civil de 2002.....	102
2.6 Direito Civil e Constituição. Amplitude da expressão Direito Civil Constitucional. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	107
2.7 O diálogo das fontes.....	117
2.8 Resumo esquemático.....	122
2.9 Questões correlatas.....	125
Gabarito.....	130
3. ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PARTE GERAL. DA PESSOA NATURAL.....	131
3.1 Da pessoa natural, humana ou física. Conceitos iniciais. Personalidade e capacidade. A situação jurídica do nascituro.....	131
3.1.1 Os absolutamente incapazes.....	143
3.1.2 Os relativamente incapazes.....	150
3.1.3 Teoria geral da representação.....	155
3.1.4 Da emancipação.....	157
3.2 Os direitos da personalidade na concepção civil-constitucional.....	161
3.2.1 Introdução. Conceito de direitos da personalidade. Análise da técnica da ponderação e do seu tratamento no Novo CPC.....	161
3.2.2 Classificação e características dos direitos da personalidade.....	175
3.2.2.1 Direitos inatos, ilimitados e absolutos.....	178
3.2.2.2 Direitos intransmissíveis e indisponíveis.....	185
3.2.2.3 Direitos irrenunciáveis.....	187
3.2.2.4 Direitos imprescritíveis.....	189
3.2.2.5 Direitos impenhoráveis e inexpropriáveis.....	191
3.2.3 Os direitos da personalidade e as grandes gerações ou dimensões de direitos.....	192
3.2.4 Previsões legais de proteção aos direitos da personalidade no Código Civil de 2002.....	194

3.3	Domicílio da pessoa natural	234
3.4	Morte da pessoa natural	238
3.4.1	Morte real	239
3.4.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A <i>justificação</i>	241
3.4.3	Morte presumida com declaração de ausência	242
3.4.3.1	Da curadoria dos bens do ausente (arts. 22 a 25 do CC) ..	243
3.4.3.2	Da sucessão provisória (arts. 26 a 36 do CC).....	244
3.4.3.3	Da sucessão definitiva (arts. 37 a 39 do CC).....	247
3.4.4	Da comoriência	249
3.5	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	250
3.6	Resumo esquemático	256
3.7	Questões correlatas	261
	Gabarito	276
4.	DA PESSOA JURÍDICA	277
4.1	Introdução. Conceito de pessoa jurídica. Regras gerais.....	277
4.2	Principais classificações gerais da pessoa jurídica	281
4.2.1	Quanto à nacionalidade	281
4.2.2	Quanto à estrutura interna	282
4.2.3	Quanto às funções e capacidade	282
4.3	Da pessoa jurídica de direito privado. Figuras previstas no art. 44 do CC.....	283
4.3.1	Das fundações particulares.....	283
4.3.2	Das associações.....	287
4.3.3	Das sociedades.....	294
4.3.4	Das organizações religiosas e dos partidos políticos. Corporações <i>sui generis</i>	296
4.3.5	Das Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI)	299
4.4	Regras de Direito Intertemporal quanto às pessoas jurídicas	301
4.5	Domicílio das pessoas jurídicas	303
4.6	Extinção da pessoa jurídica e destinação dos bens.....	303
4.7	Da desconsideração da personalidade jurídica	304
4.8	Entes ou grupos despersonalizados	329
4.9	Resumo esquemático	331
4.10	Questões correlatas	334
	Gabarito	344
5.	DO OBJETO DO DIREITO. OS BENS.....	345
5.1	Conceito de bens	345

5.2	Principais classificações dos bens	349
5.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	349
5.2.2	Classificação dos bens quanto à mobilidade	350
5.2.3	Classificação quanto à fungibilidade	353
5.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade	354
5.2.5	Classificação quanto à divisibilidade	355
5.2.6	Classificação quanto à individualidade	356
5.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	358
5.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio	364
5.3	Do bem de família.....	367
5.3.1	Introdução. Concepção civil-constitucional do bem de família. A nova dimensão da ideia de patrimônio	367
5.3.2	O bem de família convencional ou voluntário	372
5.3.3	O bem de família legal.....	375
5.4	Resumo esquemático	396
5.5	Questões correlatas	401
	Gabarito	409
6.	TEORIA GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO	411
6.1	Fatos, atos e negócios jurídicos. Conceitos iniciais.....	411
6.2	Do ato jurídico em sentido estrito ou ato jurídico <i>stricto sensu</i>	419
6.3	Do negócio jurídico	420
6.3.1	Principais classificações dos negócios jurídicos.....	422
6.3.2	Os elementos constitutivos do negócio jurídico	425
6.3.2.1	Introdução. Os três planos do negócio jurídico. A Escada Ponteanã.....	425
6.3.2.2	Elementos essenciais do negócio jurídico	428
6.3.2.3	Elementos naturais ou identificadores do negócio jurídico ...	441
6.3.2.4	Elementos acidentais do negócio jurídico.....	442
6.4	Estudo do negócio jurídico processual e o seu tratamento no CPC/2015	450
6.5	Resumo esquemático	460
6.6	Questões correlatas	462
	Gabarito	468
7.	DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO E TEORIA DAS NULIDADES.....	469
7.1	Introdução. Classificação dos vícios do negócio jurídico	469
7.2	Do erro e da ignorância.....	470

7.3	Do dolo	475
7.4	Da coação	480
7.5	Do estado de perigo	483
7.6	Da lesão	487
7.7	Da fraude contra credores.....	492
7.8	O novo tratamento da simulação	506
7.9	Da invalidade do negócio jurídico. A teoria das nulidades do negócio jurídico.....	514
7.9.1	Introdução.....	514
7.9.2	Da inexistência do negócio jurídico	515
7.9.3	Da nulidade absoluta	517
7.9.4	Da nulidade relativa ou anulabilidade.....	526
7.10	Resumo esquemático	535
7.11	Questões correlatas	536
	Gabarito	552
8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. O TRATAMENTO DIFERENCIADO	553
8.1	Introdução.....	553
8.2	Da prescrição	556
8.2.1	Conceito de prescrição	556
8.2.2	Disposições gerais sobre a prescrição.....	557
8.2.3	Das causas impeditivas e suspensivas da prescrição	577
8.2.4	Das causas de interrupção da prescrição	584
8.2.5	Dos prazos de prescrição previstos na Parte Geral do Código Civil. As ações imprescritíveis	590
8.2.6	Prescrição e direito intertemporal	598
8.3	Da decadência. Conceitos e disposições gerais	602
8.3.1	Prazos de decadência.....	605
8.4	Resumo esquemático	607
8.5	Questões correlatas	611
	Gabarito	622
9.	A PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. VI-SÃO ATUALIZADA DIANTE DO CPC/2015	623
9.1	Introdução. A necessidade de o Código Civil trazer um capítulo específico quanto à prova	623
9.2	Os meios de prova previstos pelo Código Civil de 2002. Análise das regras constantes da atual codificação privada.....	625

9.3 Presunções, perícias e investigação de paternidade. Tratamento legal e análise prática	653
9.4 Confrontação entre o art. 221 do Código Civil e o art. 784, II, do CPC/2015, correspondente ao art. 585, II, do CPC/1973. Aplicação do estudo das antinomias ou lacunas de conflito	659
9.5. Do tratamento da ata notarial e da carga dinâmica da prova no Código de Processo Civil de 2015	662
9.6 Resumo esquemático	666
9.7 Questões correlatas	667
Gabarito	674
BIBLIOGRAFIA	675